



CONCESSÃO DE CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO BANCO DA AMAZÔNIA

RESUMO

No Brasil, o setor bancário assume importante papel nos investimentos produtivos, através da liberação de crédito, para grandes ou pequenos projetos nas mais diversas atividades. O Protocolo Verde foi um marco e objetivou conciliar a concessão de crédito à adoção de boas práticas socioambientais, visando incentivar projetos que apresentem caráter autossustentável e evitar projetos que causem danos ao meio ambiente. O objetivo deste estudo foi apresentar um histórico da política de crédito brasileira e posteriormente um levantamento de informações sobre as diretrizes estabelecidas pelas empresas financeiras, assim como seus acordos, suas políticas Corporativas e as medidas regulamentares impostas para a liberação de crédito, dando ênfase ao Banco da Amazônia, a qual se realizou um estudo de caso.

PALAVRAS-CHAVE: instituição financeira, meio ambiente, protocolo verde

ABSTRACT

In Brazil, the banking sector plays an important role in the production of investment through credit applications, for large or small projects in several areas of production. The Green Protocol was a landmark and aimed to regulate the granting of credit to the use of social and environmental practices, in order to encourage projects that present self-sustaining character and avoid projects that damage the environment. In the present study we investigate the history of Brazilian credit policy and then a survey of information on the guidelines established by financial companies, as well as its agreements, its Corporate policies and regulatory measures imposed by the industry for the release of credit, emphasizing financial institution Banco da Amazônia, which was held a case study.

KEY WORDS: environment ; financial institution; green protocol.

INTRODUÇÃO

Com a evolução e consolidação do discurso do desenvolvimento sustentável, assim como o agravamento das questões referentes ao meio ambiente as empresas e bancos passaram a rever sua postura e a forma como suas ações impactam o meio ambiente, pois tornaram-se cruciais no fomento de uma economia sustentável, capaz de respeitar o tripé: econômico, social e ambiental (SILVA, 2011). Nesse sentido, surge o conceito de responsabilidade social empresarial, definida pelo Banco Mundial (2002) como o compromisso empresarial de contribuir para o desenvolvimento sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias e a sociedade para melhorar a qualidade de vida de forma e gerando resultados positivos para as empresas e para a sociedade.

Nesse contexto, o primeiro marco das discussões ambientais por parte do setor bancário brasileiro ocorreu em 1995, quando foi criado o Protocolo Verde, uma iniciativa do governo Federal com os ministérios e os bancos públicos Federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) (SILVA, 2011). O Protocolo Verde tinha como objetivo, segundo Lima e Rabelo (2009) incorporar a variável ambiental na gestão e concessão de créditos dos bancos públicos federais.

Outro fato importante ocorreu em 4 de junho de 2003, com o lançamento, em Washington, dos Princípios do Equador, que consideram os projetos com custo total acima de US\$ 50 milhões baseados em alguns critérios: o impacto ambiental do projeto sobre flora e fauna, o reassentamento involuntário, a proteção a comunidades indígenas e a proibição de financiamento ao uso de trabalho infantil o escravo (TONISI, 2006).

Mais recentemente, foi publicada pelo Banco Central do Brasil a resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade SocioAmbiental (PRSA) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL, 2014).

O objetivo deste texto é apresentar a experiência do Banco da Amazônia, o principal agente financeiro da região, na construção de uma política de crédito sob uma perspectiva socioambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido visando analisar a política de concessão de crédito voltada à promoção do desenvolvimento sustentável do Banco da Amazônia. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o histórico da política de crédito brasileira, assim como as diretrizes estabelecidas pelo sistema financeiro, bem como políticas corporativas e medidas regulamentares impostas para a concessão de crédito. Também foi realizada entrevista em profundidade com a responsável da área ambiental e dos programas governamentais do Banco da Amazônia, com o objetivo de caracterizar o atual estágio da política socioambiental da instituição.

RESULTADOS

O histórico de atividades relacionadas ao crédito no Banco da Amazônia remonta à década de 1940, tendo como principio a concessão de créditos e o fomento à produção da

borracha aos países aliados na Segunda Guerra Mundial, sendo conhecido inicialmente como “Banco de Crédito da Borracha”. Em 1950, como Banco de Crédito da Amazônia S/A seus objetivos de financiamento são ampliados passando então a abranger outras atividades na região amazônica. A partir de 1966, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da Amazônia Legal, torna-se a instituição financeira mais importante da região: o Banco da Amazônia S/A (BASA) – como até então é conhecido. Nas décadas de 80 e 90, mais conquistas são realizadas no âmbito do financiamento, pois é a partir dessas décadas que o banco passar a ter como fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), um dos principais agentes de fomento ao crédito na região Amazônica (BASA, 2014).

A partir do século XXI, em virtude da proporção que as questões ambientais assumiram, a Instituição passa por um reordenamento e adota novas políticas, que ultrapassaram o patamar econômico. Nesse sentido, o Banco do Amazônia passou a incorporar à sua política de crédito a responsabilidade socioambiental, dando incentivo e apoio aos projetos que visem o crescimento econômico e baseados no desenvolvimento sustentável da região Amazônica, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: Histórico da política de sustentabilidade no Banco da Amazônia



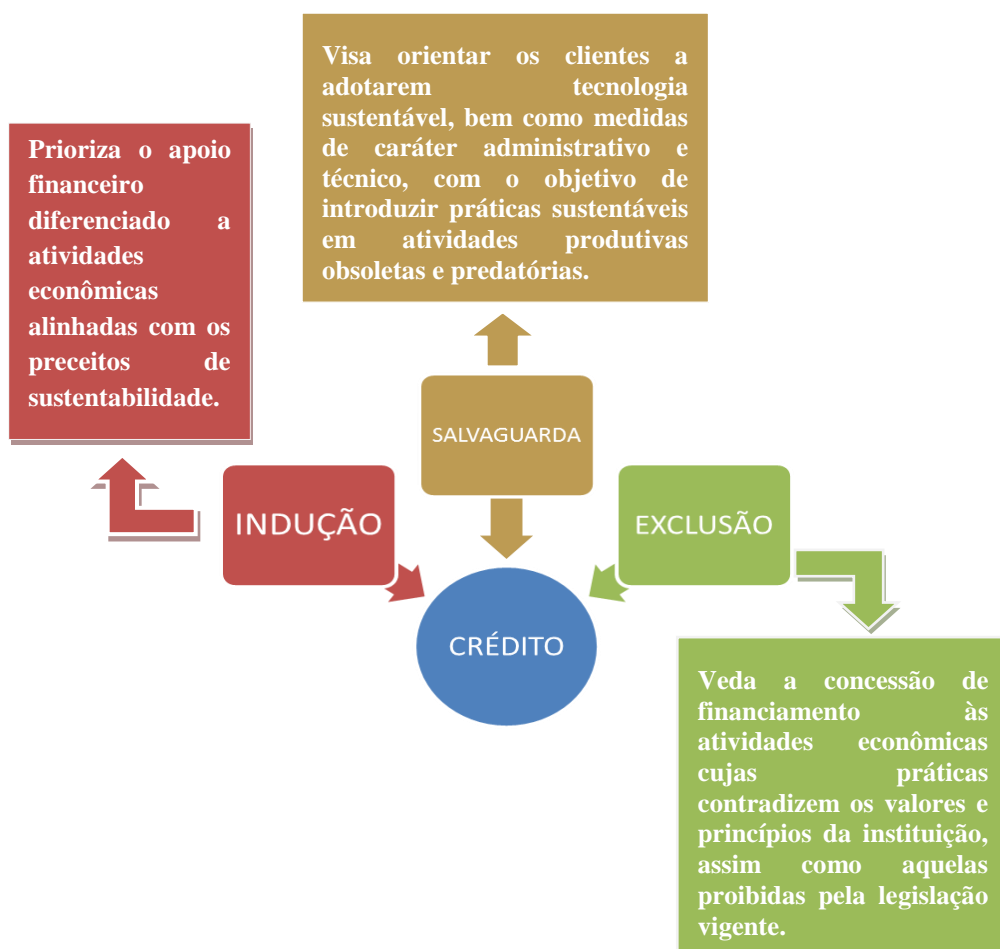
Fonte: www.bancoamazonia.com.br

Assim, o Banco da Amazônia alcançou uma posição de destaque no âmbito da concessão de crédito, possuindo uma participação de 61% nos créditos do fomento do Norte.

Além disso, novas fontes de recursos, tanto nacional quanto internacional, passaram a ser utilizadas e incrementaram ainda mais as formas de concessão crédito, o que constata a evolução que o Banco alcançou, sempre procurando a melhoria na prestação de seus serviços.

Complementar a essa política corporativa, tem-se Política Socioambiental do Crédito que fornece orientações quanto aos procedimentos da análise do crédito e seu devido tratamento conforme os objetivos pretendidos, podendo esta análise ser dividida em: Indução, Salvaguarda e Exclusão, como é apresentado na Figura 2.

Figura 2: Etapas de análise do crédito



Fonte: Os autores

Para a análise da concessão do crédito, tem-se o Questionário Socioambiental (QSA) e o Formulário de Informações Socioambiental (FISA) como instrumentos de levantamento de dados acerca do risco socioambiental que certo projeto possui, ou seja, trata-se da possibilidade da geração de perdas para a instituição em decorrência de um dano ambiental ocasionado por um projeto financiado por esta. A partir disso pode-se fazer uma análise da possibilidade do financiamento pelo banco. Na entrevista realizada com responsáveis da área

ambiental foi destacado que o Banco da Amazônia deixou de financiar projetos que pudessem gerar impactos ao meio ambiente, como por exemplo, aqueles que necessitem desmatar áreas, em contraponto, priorizam aqueles que melhor se enquadram na política ambiental, assim como sua a viabilidade socioeconômica e ambiental, pois vale lembrar que em alguns casos o financiador também pode ser responsabilizado pelo dano ambiental causado pelo projeto ao qual está financiando.

CONCLUSÃO

O trabalho mostrou que a busca pelo reconhecimento de ser uma instituição com sólidos resultados e que se apresente como uma referência em responsabilidade socioambiental é uma visão adotada pelo banco da Amazônia que facilita o desenvolvimento de atividades que buscam a sustentabilidade na Região.

O fato de se ter uma instituição comprometida com as responsabilidades econômicas, sociais e ambientais, locais, pode ser um incentivo para que outras instituições possam manter este padrão de qualidade e assim contribuir para a preservação do meio ambiente.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DA AMAZÔNIA. **Política Corporativa pela Sustentabilidade**. Belém, 2014. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/>. Acesso em: 17 jan. 2014

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf. Acesso em: 16 jan. 2014

BANCO DA AMAZÔNIA. **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2014**. Belém, 2013. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/>. Acesso em: 17 jan. 2014

RABELO, M. S.; LIMA, P.V.P.S; A eficiência da inserção da variável ambiental nas Instituições financeiras públicas e privadas perante o Protocolo Verde e os Princípios do Equador. **Revista Eletrônica do PRODEMA - REDE**, Fortaleza, v.3, n.1, p. 7-22, jun. 2009.

SILVA, M.C; **Crédito bancário e desenvolvimento sustentável nas instituições financeiras brasileiras**. 145 p; Brasília, 2011.

TONISI, M. F. C. **Risco Ambiental par as Instituições financeiras**. São Paulo: Annablume, 2006.